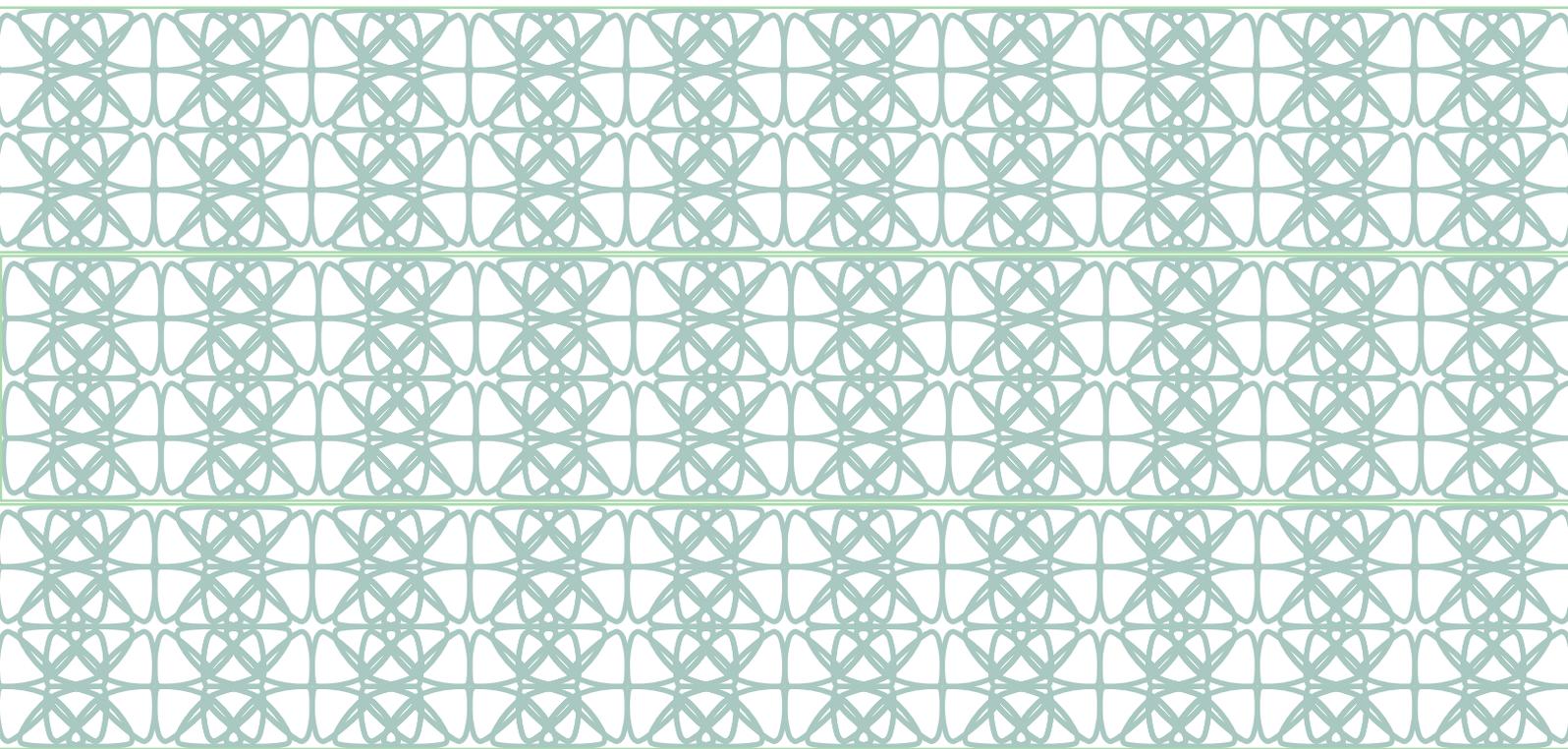




FLUXO CONTÍNUO



EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A REPRESENTAÇÃO SOCIAL: CAMINHOS ENTRELAÇADOS PARA A CONSERVAÇÃO DAS TARTARUGAS MARINHAS

*Emerson dos Santos Daltró*¹

*Daniela Teodoro Sampaio*²

RESUMO: Trata-se de um ensaio que visa refletir sobre a Teoria das Representações Sociais e a Educação Ambiental para a preservação de tartarugas marinhas em Pirambu-SE, sendo bastante relevante para a formação de sujeitos e educadores ambientais neste ínterim. O presente texto apresentará, para subsidiar essa reflexão, uma problemática diante da conservação das tartarugas marinhas no município de Pirambu/Se. A partir da discussão empreendida nesse texto, pretende-se mostrar a potencialidade da Teoria das Representações Sociais para o norteamento das estratégias de preservação e proteção das tartarugas marinhas executadas nesse município. Através da discussão empreendida nesse texto, pode-se concluir que a Teoria das

1 Biólogo em Ciências Biológicas, pela Universidade Federal de Sergipe.

2 Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA), Universidade Federal de Sergipe. Affiliate faculty member in the Department of Human Dimensions of Natural Resources, Colorado State University.

Representações Sociais desenvolvida por Serge Moscovici se revela como uma potencial ferramenta para elaboração e redirecionamento das atividades de gestão e de educação ambiental voltadas para a conservação das tartarugas marinhas no município de Pirambu/SE.

Palavras-chave: Pirambu. Representações Sociais. Tartaruga Marinha.

INTRODUÇÃO

Sabe-se que fatores antropogênicos como o abate e o consumo dos ovos das tartarugas marinhas já foram considerados grandes ameaças a esses animais. Ao longo das últimas décadas, distintas estratégias foram adotadas em diferentes países, objetivando a conservação da tartaruga marinha (MARCOVALDI; ALBUQUERQUE, 1983; MARCOVALDI; MARCOVALDI, 1999).

No Brasil, o Programa Brasileiro de Proteção e Pesquisa das Tartarugas Marinhas (Projeto TAMAR), que se encontra em execução desde 1980, possui a missão de afastar da extinção as cinco espécies de tartarugas marinhas encontradas no país (MARCOVALDI; MARCOVALDI, 1999) por meio de três linhas de ação: Pesquisa Aplicada e Conservação; Educação Ambiental e Inclusão Social e Geração de Trabalho e Renda (TAMAR, 2015).

O TAMAR, em seus 35 anos de existência, é reconhecido internacionalmente como um dos mais importantes programas ambientais da atualidade. Ao longo desses 35 anos de atividades, a ideologia da conservação das tartarugas marinhas foi introduzida nas comunidades costeiras, objetivando reestabelecer uma nova configuração em relação às atitudes, comportamentos, valores, ideias que se mostravam negativos à conservação das tartarugas, uma vez que a mudança nos costumes das comunidades locais como abater as fêmeas e comer seus ovos era necessária para a recuperação populacional desses animais.

Entende-se que as informações sobre determinado objeto ou sujeito social circulam na sociedade por meio das interações sociais, sendo filtradas pelos indivíduos com base em suas experiências de vida. Nesse processo, elas vão sendo impregnadas pelas ideologias e adquirindo valores que determinam as

atitudes, os comportamentos e as práticas sociais das pessoas (SCHUCH et al., 2008).

A Teoria das Representações Sociais (TRS) (MOSCOVICI, 1978), constitui-se em um suporte teórico-metodológico valioso para compreender quais as informações, crenças e valores que guiam os comportamentos e atitudes dos indivíduos. Essa compreensão é fundamental para investigar como funcionam os sistemas de referências que utilizamos para classificar objetos, sujeitos e grupos sociais e para interpretar os acontecimentos da realidade do dia-a-dia (SCHUCH et al., 2008).

O estudo das representações sociais apresenta-se como uma potencial ferramenta para a aquisição de conhecimento, interpretação e reflexão das diferentes visões, percepções, práticas e dos diferentes valores e interesses que circulam entre os grupos sociais (SILVA; GOMES; SANTOS, 2005). Nesse sentido, durante esse texto levantaremos a importância de conhecer os atuais valores, atitudes, crenças e comportamentos de três grupos sociais presentes na comunidade de Pirambu/SE que estão envolvidos direta e/ou indiretamente com a conservação das tartarugas marinhas. Buscando provocar uma reflexão sobre a potencialidade da TRS para o norteamento das estratégias de conservação das tartarugas marinhas desenvolvidas nesse município.

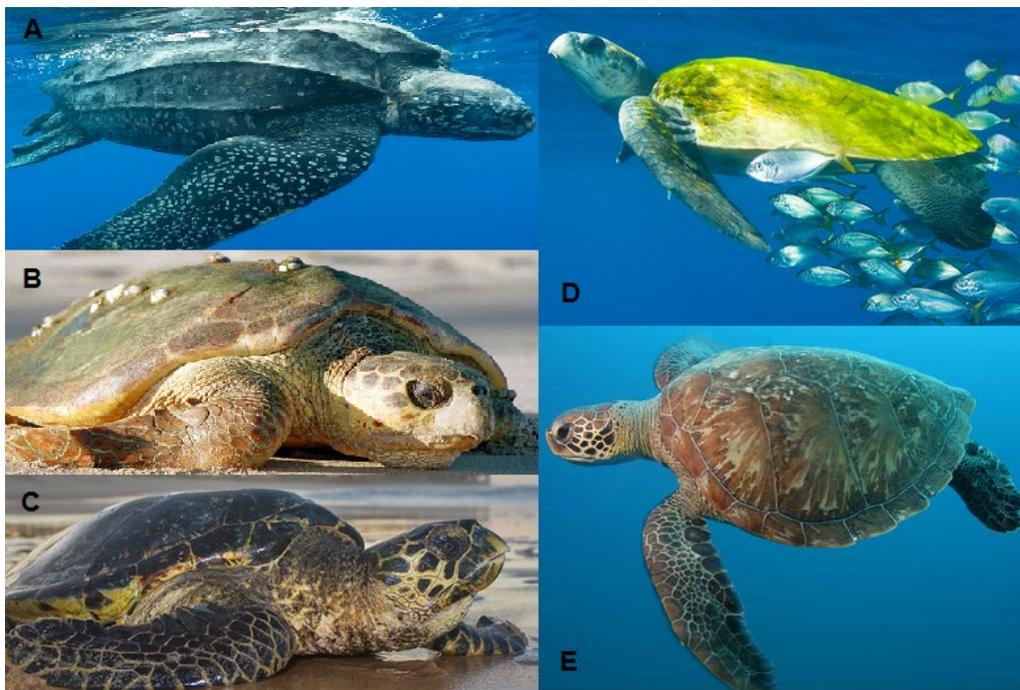
A Conservação das Tartarugas Marinhas

As tartarugas marinhas existem há mais de 150 milhões de anos. São animais que integram o grupo de espécies mais longevas do planeta, conformando o elo entre o passado remoto e a atualidade. Por esta razão, são consideradas um manancial genético para pesquisas evolucionistas (MUSICK; LIMPUS, 1997; POUGH; HEISER; McFARLAND, 1999).

Atualmente, apenas sete espécies de tartarugas marinhas sobrevivem: *Dermochelys coriacea* da família Dermochelyidae, e *Chelonia mydas*, *Lepidochelys olivacea*, *Caretta caretta*, *Eretmochelys imbricata*, *Natator depressus* e *Lepidochelys kempii* per-

tencentos à família Cheloniidae, sendo que as duas últimas têm distribuições restritas: *Natator depressus* no norte da Austrália, *Lepidochelys kempii* no Golfo do México e Atlântico Norte. Destas, cinco espécies (Figura 1) são encontradas no Brasil. (MARCOVALDI; LAURENT, 1996; MARCOVALDI; MARCOVALDI, 1999).

Figura 1: Painel de fotografias das espécies de tartarugas marinhas encontradas no Brasil. (A) *Dermochelys coriacea*; (B) *Caretta caretta*; (C) *Eretmochelys imbricata*; (D) *Lepidochelys olivacea*, (E) *Chelonia mydas*.



Fonte: TAMAR, 2015.

Ao longo dos últimos dois séculos, principalmente nas últimas décadas, uma combinação de fatores, tais como a superexploração comercial, a degradação dos habitats utilizados para alimentação, repouso e nidificação desses animais, a poluição dos oceanos e, principalmente a pesca incidental ao longo de todo o litoral conseguiram subjugar a capacidade das tartarugas de manter seu número populacional, contribuindo consideravelmente para a redução de várias espécies (MARCOVALDI; MARCOVALDI, 1999; SANCHES, 1999). Atualmente, as tartarugas marinhas encontradas no Brasil são animais ameaçados de ex-

tinção, segundo critérios da lista brasileira e mundial de espécies ameaçadas (MMA, 2014; IUCN, 2015).

Para que os longos anos de declínios populacionais possam ser revertidos são necessárias estratégias de conservação eficazes (FRAZIER, 1999). No Brasil, o Programa Brasileiro de Proteção e Pesquisa das Tartarugas Marinhas³ (TAMAR), tem como objetivo preservar e proteger as cinco espécies de tartarugas marinhas que frequentam o litoral brasileiro (MARCOVALDI; MARCOVALDI, 1999). Além do Projeto TAMAR, existem outras contribuições do governo federal em ralação à criação de Unidades de Conservação (UCs)⁴ no ambiente marinho, as quais servem como mecanismos importantes para garantir o sucesso de preservação destes animais.

O Projeto TAMAR, criado em 1980, iniciou suas atividades com os objetivos de identificar as espécies, a distribuição e abundância das tartarugas marinhas, os locais e períodos de desova e as principais ameaças à sobrevivência desses animais. O projeto começou a atuar nas principais áreas de nidificação, instalando as primeiras bases de pesquisa: Praia do Forte (BA), Comboios (ES) e Pirambu (SE) (MARCOVALDI; MARCOVALDI, 1999).

Em 1981, os primeiros integrantes do Projeto TAMAR se estabele-

3 Programa executado pelo Centro Brasileiro de Proteção e Pesquisa das Tartarugas Marinhas (Centro Tamar), vinculado à Diretoria de Biodiversidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), órgão do Ministério do Meio Ambiente, em parceria com a Fundação Centro Brasileiro de Proteção e Pesquisa das Tartarugas Marinhas (Fundação Pró-Tamar), instituição não governamental, sem fins lucrativos, fundada em 1988 e considerada de Utilidade Pública Federal desde 1996 (TAMAR, 2015).

4 De acordo com a Lei 9985/00, que instituiu em julho de 2000 o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), define uma unidade de conservação como um "espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção" (Brasil, 2000).

ceram em Pirambu, devido ao município abrigar uma das principais áreas de desova das tartarugas marinhas do Brasil, principalmente da espécie *Lepidochelys olivacea*, conhecida pelos moradores locais como tartaruga oliva, ou de morro, devido às características dunar da região (TAMAR, 2009).

Após a consolidação da base, iniciaram-se as ações de preservação e proteção das tartarugas marinhas, priorizando a sensibilização e participação da comunidade nas atividades de proteção a estes animais (MARCOVALDI; MARCOVALDI, 1999; SANCHES, 1999; TAMAR, 2009). A partir de então, distintas ações de mitigação e preservação foram realizadas com o objetivo de diminuir a principal ameaça às tartarugas marinhas, cuja caça na época afetava especialmente as fêmeas adultas em fase de reprodução e seus ovos (MARCOVALDI; MARCOVALDI, 1999).

A área costeira de Pirambu, além de abrigar a área brasileira com maior concentração de desovas de *Lepidochelys olivacea*, foi identificada como um importante ecossistema composto por um cordão de dunas móveis e fixas, manguezais, lagoas e vegetação de restinga, praticamente inalterados. Com isso, no final da década de 1980, a equipe do Projeto TAMAR e alguns ambientalistas, reivindicaram ao poder público a criação de uma Unidade de Conservação (UC) que garantisse a preservação destes delicados ecossistemas (BRASIL, 1988; SANCHES, 1999; MMA, 2010). Diante disso, em 1988 foi criada a Reserva Biológica de Santa Isabel (REBIO de Santa Isabel), atualmente administrada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) (BRASIL, 1988; SANCHES, 1999). Assim, a criação desta UC cumpre um importante papel nas estratégias de conservação e proteção dos ecossistemas costeiros e, conseqüentemente, das tartarugas marinhas.

No entanto, esta UC, ao mesmo tempo que é importante para a conservação da tartaruga marinha e demais indivíduos constituintes da fauna e flora residente, traz consigo algumas restrições à sociedade e mais especificamente à população litorânea, uma vez que, existem determinadas restrições quanto ao uso do território costeiro, pois segundo a Lei 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

(SNUC) é proibido a presença de pessoas residindo nos limites de uma Reserva Biológica ou de fazerem uso direto dos recursos naturais presentes nesta categoria de UC (BRASIL, 2000). Nesse contexto, os pescadores locais começaram a se ver diante de uma nova realidade com a criação da REBIO de Santa Isabel.

A base do Projeto TAMAR, existente antes da criação da REBIO de Santa Isabel, foi incorporada pelos limites da UC e ao longo dos anos, a equipe do Projeto TAMAR vem realizando nesta área intervenções socioambientais conjuntas com as ações desenvolvidas pela equipe do ICMBio que gerencia a UC.

O processo de intervenção realizado pelo Projeto TAMAR nas comunidades costeiras, que teve início com a fixação da base de proteção e vem acontecendo até os dias atuais, alteraram o modo de vida dos pescadores, promovendo mudanças em relação às suas práticas sociais, culturais e econômicas (SUASSUNA, 2007).

Estas instituições, ao interferirem diretamente nos costumes locais para alcançar seus objetivos de proteção e conservação das tartarugas marinhas, desencadearam na comunidade cenas de resistências, disputas e conflitos.

Para compreender as dimensões simbólicas e matérias desta convivência e seus efeitos na conservação das tartarugas, é preciso compreender como os atores desses grupos sociais (funcionários do TAMAR, do ICMBio e pescadores de Pirambu/SE) se relacionam com as tartarugas marinhas e sua conservação, com o Projeto TAMAR, com a REBIO de Santa Isabel, com os pescadores, e como tais relações interferem em suas práticas.

Essa relação entre o que se pensa e como se age no mundo é o foco de estudos de um arcabouço teórico-metodológico, denominado *representações sociais* (FLEURY, 2008).

A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

A Teoria das Representações Sociais foi elaborada pelo psicólogo francês Serge Moscovici em 1961 (FARR, 1995). Moscovici (1978) enfoca que:

As representações sociais são como um corpus organizado de conhecimentos e uma das atividades psíquicas graças às quais os homens tornam inteligível a realidade física e social, inserem-se num grupo ou numa ligação de trocas, e liberam os poderes de sua imaginação (MOSCOVICI, 1978, p.28).

As representações sociais constituem um conhecimento específico, que resultam de uma interação social, sem perder de vista, contudo, a questão da individualidade e, tem como finalidade tornar familiar algo até então desconhecido, que, por sua vez, permite ao indivíduo ou grupo social compreender a realidade através de seu próprio sistema de referências, permitindo, assim, ao indivíduo se adaptar e encontrar um lugar nesta realidade (MOSCOVICI, 1978; ABRIC, 1998). Seguindo a compreensão de Jodelet (1989, apud SÁ, 1996), as representações sociais são definidas como uma forma de conhecimento elaborada e partilhada socialmente, tendo uma orientação e concorrendo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social.

A TRS, segundo Azevedo (1999), objetiva compreender os fenômenos sociais e a maneira como estes são captados, interpretados, visualizados e expressos no dia-a-dia pelas pessoas ou grupos sociais. No entanto esse conceito vem sendo sistematizado, como demonstra Abric (1998), quando afirma que:

“A representação funciona como um sistema de interpretação da realidade que rege as relações dos indivíduos com o seu meio físico e social, ela vai determinar seus comportamentos e suas práticas. A representação é um guia para a ação, ela orienta as ações e as relações sociais. Ela é um sistema de pré-codificação da realidade porque ela determina um conjunto de antecipações e expectativas (ABRIC, 1998, p. 28)”.

Conforme Sá (1998), a TRS desdobra-se em pelo menos três abordagens: a primeira é uma continuidade da obra original, tem um viés antropológico e tem sido mais difundida por Denise Jodelet (2001); a segunda, através de Willem Doise (1990), centra-se nas condições de produção e circulação das representações sociais e a terceira conhecida como Teoria do Núcleo Central (TNC) Abric (1998), visa compreender a dimensão cognitivo-estrutural da representação.

Dentre essas abordagens, destaca-se a TNC proposta por Abric (1998), que sustenta a hipótese que a representação social é formada por dois componentes organizados: o núcleo central e o sistema periférico. O núcleo central é o elemento fundamental da representação, uma vez que é ele quem determina a consistência e permanência à representação, sendo, portanto, formado por elementos estáveis e resistentes às mudanças. São elementos que determinam o significado de uma representação e, ao mesmo tempo, contribui para sua organização interna (SÁ, 1996). O núcleo central determina-se pela natureza do objeto e pelo sistema de valores e normas sociais que constituem o contexto ideológico do grupo de indivíduos (ABRIC, 1994; SÁ, 1996).

Os elementos do sistema periférico de uma representação social são estruturados em torno do núcleo central mantendo relação direta com o mesmo, não apresenta a estabilidade do núcleo central, no entanto, muda facilmente. Esse elemento permite as modulações individuais das representações sociais, isto é, as variações pessoais, sem pôr em questionamento os elementos do núcleo central (SÁ, 1996). Neste sentido, eles intervêm nos processos de defesa das representações, integrando novas informações sem que o núcleo central seja modificado (SÁ, 1996; SILVA; GOMES; SANTOS, 2005).

Na perspectiva do meio ambiente, se faz importante conhecer as representações sociais dos indivíduos ou grupos sociais para compreender como estes estão captando e interpretando as questões ambientais, e principalmente como pensam e agem em situações concretas de sua realidade próxima (REIGOTA, 2010).

Reigota (2010) e Ruscheinsky (2001), ressaltam que o primeiro passo para a realização da educação ambiental nos âmbitos formal, informal e não-formal deve ser a identificação das representações sociais de todas as pessoas envolvidas no processo educativo. Caso tal premissa não seja realizada estaremos limitando o potencial da educação ambiental (FREITAS, 2006).

Por analogia, estamos propondo a relevância de identificar as representações sociais das tartarugas marinhas e de sua conservação presente nos grupos compostos por funcionário do Projeto TAMAR, do ICMBio e dos pescadores de Pirambu/SE, de modo

que possibilitará compreender como esses grupos percebem, veem, interagem e agregam valores às estratégias desenvolvidas para a conservação das tartarugas marinhas.

A partir da identificação dessas representações, poderemos conhecer as informações e atitudes de cada grupo social (Pescadores, TAMAR e ICMBio), compreendendo as divergências e convergências dessas representações, e com isso facilitar a criação e redirecionamento de estratégias para a conservação das tartarugas marinhas, inclusive de educação ambiental, além de possibilitar maior facilidade em desenvolver atividades conjuntas e unificadas entre esses grupos sociais.

CONCLUSÃO

Conclui-se que a Teoria das Representações Sociais desenvolvida por Serge Moscovici (1978) se revela como uma potencial ferramenta para identificar a representação social que grupos constituídos por funcionários do Projeto TAMAR, do ICMBio da Reserva Biológica de Santa Isabel e pescadores do município de Pirambu-SE, possuem a respeito das tartarugas marinhas e da REBIO de Santa Isabel, bem como de seus próprios grupos e dos demais, possibilitando aferir o pensamento e os registros simbólicos desses grupos sociais, como também identificar elementos formadores de identidades e atitudes socioambientais que possam servir de subsídios para estratégias que orientem o desenvolvimento de atividades de gestão e de educação ambiental voltadas para a conservação das tartarugas marinhas.

AGRADECIMENTOS

Ao curso de Ciências Biológicas Licenciatura da UFS, ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA)/UFS, à CAPES e FAPITEC por meio do EDITAL PP-DOC CAPES/FAPITEC/SE N° 11/2012, e a Micaele Santos pela revisão do texto e normas da ABNT.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRIC, J. C. *Pratiques sociales et représentations*. Paris: Presses Universitaires de France, 1994.
- ABRIC, J.C. A abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, A.S.P.; OLIVEIRA, D.C. (Orgs.). *Estudos interdisciplinares de Representações Sociais*. Goiânia: AB Editora, 1998. p. 27-38.
- AZEVEDO, G. C. Uso de jornais e revistas na perspectiva da representação social de meio ambiente em sala de aula. In: REIGOTA, M. (Org.). *Verde cotidiano: o meio ambiente em discussão*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. p. 67-82.
- BRASIL. Decreto nº 96.999, de 20 de outubro de 1998. Cria a Reserva Biológica Santa Isabel. *Presidência da República da Casa Civil*. Brasília, DF, 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D96999.htm>. Acesso em: 16 ago. 2015.
- Decreto-lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. *Presidência da República da Casa Civil*. Brasília, DF, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9985.htm>. Acesso em: 16 ago. 2015.
- DOISE, W. Les représentations sociales. In: GHIGLIONE, R.; BONNET, C.; RICHARD, J. F. *Traité de psychologie cognitive*. Paris: Dunod, 1990.
- FARR, R. M. Representações sociais: a teoria e sua história. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.). *Texto em representações sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. p. 31-59.
- FLEURY, L. C. *Cerrado para ser o quê? Representações sociais e conflitos ambientais em torno do Parque Nacional das Emas, Goiás*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008. 210 p.
- FRAZIER, J.G. Community-Based Conservation. In: ECKERT, K.L.; BJORN DAL, K. A.; ABREU-GROBOIS, F. A; DONNELLY, M. (Orgs.). *Research and Management Techniques for the Conservation of Sea Turtles*. IUCN/SSC Marine Turtle Specialist Group, n. 4, 199. p. 25-28.
- FREITAS, E. S. Representações sociais, meio ambiente e saúde: por uma educação ambiental de qualidade. *O mundo da saúde*. São Paulo, v. 30, n. 4, out/ dez, 2006. p. 598-606.
- IUCN. *Red List of Threatened Species. Version 2014.3. International Union for Conservation of Nature*. 2015. Disponível em: <<http://www.iucnredlist.org/>>. Acesso em: 16 ago. 2015.

JODELET, D. Representação social: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (Org.). *As Representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

MARCOVALDI, G. G.; ALBUQUERQUE, J. C. B. *Trabalhos de proteção a desova, avaliação quali-quantitativa e marcação nas praias de Pirambu (SE), Forte (BA), Comboios (ES) e Ilha da Trindade – Relatório Parcial de 17/01/83 a 19/01/83 – Projeto Tartaruga Marinha-IBDF*. Relatório Técnico. 1983.

MARCOVALDI, M. A.; LAURENT, A. A six season study of marine turtle nesting at Praia do Forte, Bahia, Brazil, with implications for conservation and management. *Chelonian Conservation and Biology*, n. 2, 1996. p. 55-59.

MARCOVALDI, M. A.; MARCOVALDI, G.G. Marine turtles of Brazil: the history and structure of Project TAMAR-IBAMA. *Biological Conservation*, 1999. p. 35-41.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. *Proposta de Retificação e Atualização dos Limites da Reserva Biológica de Santa Isabel, no estado de Sergipe*. Relatório Técnico. 2010.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. Portaria nº 444, de 17 de dezembro de 2014. Reconhece as espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, 18 dez. 2014, Seção 1, p. 121-126 Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/biodiversidade/fauna-brasileira/avaliacao-do-risco/PORTARIA_N%C2%BA_444_DE_17_DE_DEZEMBRO_DE_2014.pdf> Acesso em: 16 ago. 2014.

MOSCOVICI, S. *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. 291 p.

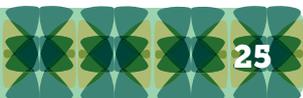
MUSICK, J. A, LIMPUS, C. J. Habitat utilization and migration in juvenile sea turtles. In: LUTZ, P.L; MUSICK, J.A (Orgs.). *The biology of sea turtles*. Boca Raton, FL: CRC Press, 1997. p. 137-165.

POUGH, F. H.; HEISER, J. B.; McFARLAND, W. N. *Quelônios. A vida dos Vertebrados*. 2. ed. São Paulo: Atheneu Editora São Paulo, 1999. 798 p.

REIGOTA, M. *Meio ambiente e representação social*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010. 93 p.

RUSCHEINSKY, A. Meio ambiente e percepção do real: os rumos da educação ambiental nas veias das ciências sociais. *Revista eletrônica Mestr Educ Ambient*, Rio Grande, v. 7, out/nov/dez, 2001. p. 26-44.

SÁ, C. P. *Núcleo Central das Representações Sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. 189 p.



SÁ, C. P. *A construção do objeto de pesquisa em representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

SANCHES, T. M. *Tartarugas Marinhas*. PROJETO TAMAR – IBAMA, 1999. 42 p. Disponível em:

<<http://www.anp.gov.br/meio/guias/sismica/refere/tartarugas.pdf>>
Acesso em: 17 ago. 2015.

SCHUCH, D. S.; OLIVEIRA, L.; PIVA, V. M.; CORDEIRO, M. H. V. *O uso de instrumentos teórico metodológicos da Representação Social na pesquisa em educação ambiental*. 2008.

SILVA, L. M. A.; GOMES, E. T. A.; SANTOS, M. F. S. Diferentes olhares sobre a natureza: representação social como instrumento para educação ambiental. *Estudos de Psicologia*, Natal, v. 10, n. 1, 2005. p. 41-51. Disponível em: < <http://redalyc.org/www.redalyc.org/articulo.oa?id=26110106>> Acesso em: 17 ago. 2015.

SUASSUNA, D. *Um olhar sobre políticas públicas: O Projeto TAMAR*. Brasília: Theasaurus, 2007. 238 p.

TAMAR. Populações Começam a se Recuperar. *Revista do TAMAR*, ano 14, nº10, ISSN 1413/7682, 2009. 33 p.

TAMAR. Tartarugas Marinhas: banco de dados. 2015. Disponível em: < www.tamar.org.br > Acesso em: 17 ago. 2015.